



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE – PARFOR FACULDADE DE
PEDAGOGIA**

EDILEUZA MORAES DA SILVA

**O MULTIANO NO RIO MAPUÁ/MUNICÍPIO DE BREVES:
Vivências, currículo e aprendizagem na Comunidade e Escola Santa Maria**

Breves – Pará

2019

EDILEUZA MORAES DA SILVA

**O MULTIANO NO RIO MAPUÁ/MUNICÍPIO DE BREVES:
Vivências, currículo e aprendizagem na Comunidade e Escola Santa Maria**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal
do Pará - UFPA como requisito para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. Paulo Sérgio de
Oliveira Álvares

Breves – Pará

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema
de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

MORAES DA SILVA, EDILEUZA
O MULTIANO NO RIO MAPUA/MUNICIPIO DE BREVES
: VIVENCIAS, CURRICULO E APRENDIZAGEM
NA COMUNIDADE E ESCOLA SANTA MARIA /
EDILEUZA MORAES DA SILVA. — 2019.
51 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Paulo Sergio de Oliveira
Alvares Coorientador(a): Prof. Me. Somente
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Faculdade de Educação, Campus Universitário de
Breves, Universidade Federal do Pará, Breves, 2019.

1. DIVISÃO POLITICA E REGIONAL. I. Título.

CDD 370.01098115

MULTIANO NO RIO MAPUÁ/MUNICÍPIO DE BREVES:
Vivências, currículo e aprendizagem na Comunidade e Escola Santa Maria

EDILEUZA MORAES DA SILVA

Aprovado em _____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Paulo Sérgio de Oliveira Álvares(orientador)

Profª. Esp. Janice Moura da Silva (Examinadora)

Nome Completo Titulação-Instituição

CONCEITO FINAL: _____

Dedico este trabalho aos moradores do Rio Mapuá, na comunidade Santa Maria, em especial aos docentes e alunos que foram fundamentais para a realização dessa pesquisa de campo.

Agradeço primeiramente a Deus pela formação e realização desse trabalho, que me trouxe muito conhecimento. Também agradeço a minha família, meu esposo e amigos que indiretamente ou diretamente contribuíram para esta conclusão.

Agradeço em especial aos professores que passaram pela turma durante o curso e principalmente meu orientador que muito contribuiu para esta produção.

RESUMO

Este estudo apresenta como temática “*O Multiano no Rio Mapuá/Município de Breves: Vivências, Currículo e Aprendizagem na Comunidade e Escola Santa Mari*”. Um estudo que mostra a trajetória docente em relação ao transporte para chegar a comunidade ribeirinha, as dificuldades enfrentadas durante a longa viagem, bem como os riscos acumulados, com a realidade educacional, sem apoio pedagógico e materiais adequados para desenvolver suas aulas diárias. Contudo este estudo também mostra, a persistência em ter positividade na aprendizagem dos alunos, mesclando saberes e culturas locais, pelas oralidades, contação de histórias e estórias, inseridas no currículo anual da escola, fazendo assim, com que os alunos se sintam parte da educação e mostrando o valor da linguagem materna para o ensino e aprendizagem. Mostrando principalmente, que os saberes locais podem se tornar científicos e contribuir para novas aprendizagens. Essa pesquisa foi realizada Na comunidade e escola Salta Maria do Alto Mapuá, no Município de Breves. Como metodologia, usou-se a entrevista, observação e vivência pessoal como docente da comunidade. Como Base teórica se buscou os estudos de Hall (2005) e a questão da cultura que cerca o sujeito e da qual este faz parte formando sua identidade. Em Giddens (1997) com a importância de olhar para o passado como uma forma de orientação para a vida atual e de futuro. Também em Candau (2008) com as lutas sociais para a valorização das vivências, Marcuschi e a contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita, além de outros autores importantes para esta produção e aprendizagem.

PALAVRAS – CHAVE: Aprendizagem. Saberes culturais. Ribeirinhos. Educação.

ABSTRACT

This study presents as a theme "The Multiano in the Rio Mapuá / Municipality of Breves: Experiences, Curriculum and Learning in the Community and Santa Mari School". A study that shows the teaching trajectory in relation to transportation to reach the riverside community, the difficulties faced during the long journey, as well as the accumulated risks, with the educational reality, without pedagogical support and adequate materials to develop their daily classes. However, this study also shows the persistence in having students' learning positives, mixing local knowledge and cultures, oral experiences, telling stories and stories, inserted in the school's annual curriculum, thus making students feel part of the education and showing the value of the mother tongue for teaching and learning. Showing mainly that local knowledge can become scientific and contribute to new learning. This research was carried out in the community and school Salta Maria do Alto Mapuá, in the Municipality of Breves. As methodology, the interview, observation and personal experience as a teacher of the community was used. As a theoretical basis, we sought the studies of Hall (2005) and the question of the culture that surrounds the subject and of which it forms part forming its identity. In Giddens (1997) with the importance of looking to the past as a way of orientation to the current and future life. Also in Candau (2008) with the social struggles for the valorization of the experiences, Marcuschi and the contextualization and explicitness in the relation between speech and writing, besides other authors important for this production and learning.

KEY WORDS: Learning. cultural knowledge. Ribeirinhos. Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – coleta e plantação natural do açaí.....	16
FIGURA 02 – coleta do açaí para alimento e venda.....	17
FIGURA 03 – Comunidade Santa Mario no Rio Mapuá.....	20
FIGURA 04- Mapa da localização da Resex Mapuá.....	21
FIGURA 05: Armazenamento do açaí para venda.....	22
FIGURA 06: Pesca artesanal.....	23
FIGURA 07: Fabricação da farinha na casa do forno.....	24
FIGURA 08 - Meio de transporte para chegar até a comunidade Santa Maria.....	25
FIGURA 09 – Rio Mapuá em período de seca durante o verão.....	26
FIGURA 10 - Escola Santa Maria/ Alto Mapuá.....	28
FIGURA 11 – Alunos confeccionando desenhos para ilustrar os contos escritos.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 IDENTIDADES, CULTURAS E SABERES RIBEIRINHOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	13
1.1 Contextualizando a vivência Ribeirinha.....	15
1.2 A educação Ribeirinha.....	20
2 RIO MAPUÁ E A CULTURA POPULAR DE RESERVA AMBIENTAL.....	23
2.1 A jornada docente do Rio Mapuá.....	29
3 O ENSINO E APRENDIZAGEM MULTIANO NA ESCOLA SANTA MARIA.....	33
3.1 Análises e discussões.....	37
4 ANALISE DA PESQUISA ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS.....	40
CONSIDERAÇÕES	47
FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

A educação como direito social público, deve ser direcionada com qualidade a todas as pessoas sem exceção, sejam moradores do meio rural, ou urbano. Contudo é preciso compreender que os saberes não estão somente dentro das escolas, mas nas vivências, nas culturas e nas atividades produtivas diárias do ser humano, o que também garante conhecimento e desenvolvimento, resultante desse processo de ensino e aprendizagens, dos quais as escolas são responsáveis. Contudo, desenvolver práticas de ensino nas instituições educacionais, exige que se tenha uma visão inicial dos costumes da vida social, dos moradores que residem na localidade, para isso torna-se necessário, ser imparcial com civilidade, delicadeza, polidez e cortesia, de forma a desenvolver uma educação que proporcione ensino e aprendizagem, sem ferir ou mudar as vivências da população que cerca as escolas ribeirinhas.

Então, educação é um ato de aprendizagem formal e informal, que acontece de maneira didática e espontânea levando o indivíduo a uma percepção de memória e dos sentidos. Nesse contexto, este trabalho vem abordar a temática “Vivências e aprendizagem na Comunidade e Escola Santa Maria do Alto Mapuá”. O tema traz a oportunidade de analisar o contexto atual da educação em nosso município, especificamente no que tange ao currículo empregado no contexto das escolas localizadas no meio rural, que precisa se adequar às especificidades de cada comunidade e o que podemos presenciar são ensinamentos pautado no modelo urbano, sem adaptação, seguindo a risca os livros didáticos, que muitas vezes mostram uma realidade totalmente diferente daquela que o aluno vivencia nas comunidades ribeirinhas. Assim se torna necessário ao professor, propiciar aos discentes, através do currículo, conteúdos que tenham significado relevante a sua vivência no local, agregar valores empíricos e/ou saberes.

Trabalhar as dificuldades de construir e implantar um currículo de qualidade, voltado para as necessidades e diversidades da comunidade local, além de apresentar conteúdos que tragam informações importantes e relevantes a fim de desenvolver habilidades que proporcionem a compreensão e a produção do próprio conhecimento, não é tarefa fácil no meio rural, pois a visão sobre os estudos é de certa forma limitada, sem muita ambição. Contudo, quando o mesmo trabalhado é aplicado de forma significativa, esse processo torna-se mais fácil. Mas é preciso

fazer com que as metodologias possam ser usando a própria vivência dos alunos como busca de conhecimentos, tornando estes a base das relações em sociedade.

O objetivo deste trabalho foi perceber a realidade ribeirinha, no contexto de vivência da própria comunidade, dos docentes e suas dificuldades para chegar até a escola, bem como ao modelo educacional das crianças, onde a realidade difere do currículo direcionado para se obter conhecimento.

A relevância social do tema se fará pela análise do currículo escolar. Partindo do pressuposto de que um currículo bem elaborado e trabalhado, é a base da educação contemporânea, deve-se perceber que este deve está situado historicamente, para que possa trabalhar tanto o conhecimento organizado, sistematizado, benquisto pela sociedade e seletivo em composições concebidas previamente como do conhecimento empírico e prévio do aluno, porém que não se limite apenas aos conhecimentos coloquiais.

No aspecto econômico o currículo escolar deve ser trabalhado de forma flexível, pois em especial na Escola Santa Maria, ocorrem dois fatos temporários, que devemos levar em consideração que são: a movimentação da maré e a safra do açaí que interferem diretamente na frequência do aluno em sala de aula. A maré prejudica o deslocamento e o açaí por fazer parte da alimentação e fonte de renda da maioria das famílias locais. Dessa forma cabe à comunidade escolar fazer um planejamento anual que se ajuste a essa sazonalidade.

No aspecto político o tema tem como objetivo contribuir para o campo das políticas públicas de educação relacionada à educação no campo, procurando conhecer o sentido, caráter, discurso, interesses e estratégias das propostas de implantação das políticas educacionais pelos agentes financeiros e pelo Estado. Muitos educadores têm buscado conhecimentos, formações e novas ideias a respeito do que se trabalhar em sala de aula, visto que cada cultura tem sua especificidade. Dessa forma surgem inquietudes sobre o que ensinar e aprender. E quando se trata de escolas cujo currículo esbarra na cultura, como de ribeirinhas a situação é mais complexa, visto que se trata de uma realidade adversa ao meio urbano, onde normalmente os currículos se baseiam ao serem planejados.

Por outro lado, muitos teóricos e estudos pedagógicos além de darem relevâncias a tais inquietudes, também reorientando sobre o diálogo para obter novas práticas que possa reorganizar o currículo escolar. Nesse contexto a pesquisa pretendeu abordar de forma direta com observações, entrevistas e

participação na escola Santa Rita, no Rio Mapuá, buscando entender de que forma os currículos já formulados enviados a escola influencia e reflete sobre as metodologias que o professor elabora para o ensino e aprendizagem de alunos com vivências ribeirinhas. A pesquisa é de cunho qualitativo, pois visou apresentar dados educacionais e de vivências, da localidade estudada.

Assim, este trabalho vem dividido em três capítulos distintos. O primeiro é voltado para análise bibliográfica de estudos já realizados sobre as identidades culturais de ribeirinhos, bem como suas vivências e dificuldades de ensino e docências em escolas ribeirinhas.

O segundo Capítulo é voltado para apresentar de uma forma geral o Rio Mapuá, a reserva que ali se constitui, bem como as vivências dos moradores, com benefícios e dificuldades da localidade.

O terceiro capítulo é pautado na pesquisa de campo que foi realizada na comunidade Santa Maria, exemplificando a educação com bases na oralidade e contações de histórias, que são partes indelétricas do povo ribeirinho, com sua realidade multiano, vivência docente e da população que faz parte do cotidiano daquela localidade.

Como base teórica recebe-se o apoio de Stuart Hall (2005) e a questão da cultura que cerca o sujeito e da qual este faz parte, formando sua identidade. Em Anthony Giddens (1997) com a importância de olhar para o passado como uma forma de orientação para a vida atual e de futuro. Também em Vera Candau (2008) com as lutas sociais para a valorização das vivências, entre outros autores de igual importância para esta produção, como Nestor Canclini (1997).

IDENTIDADES, CULTURAS E SABERES RIBEIRINHOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Existe a necessidade em levar em conta, dentro do planejamento educacional, os aspectos sociais do meio. Isto é, que haja mobilizações para que o currículo educacional esteja vinculado aos saberes singulares de cada população. E nesse sentido, a educação ribeirinha deveria ter seu currículo próprio, já que se trata de realidade totalmente diferenciada do meio urbano, onde normalmente são planejados os conteúdos a serem ministrados nessas localidades.

Para que tal situação fosse possível, os educadores do meio rural deveriam estar a par do planejamento, com o uso cultural de cada localidade que exercem a função de docente. No decorrer dos tempos, a cultura vem sendo ampliada, principalmente em relação a educação, contudo conceituá-la não é fácil, já que envolve ideologia e questões políticas. No que diz respeito a vivências, é preciso ter o cuidado para perceber a dimensão de cada povo, costume e vivências, pois em uma realidade, onde diariamente se lida com diversas manifestações de cultura, a ribeirinha, para aplicação de conteúdos e conhecimentos, deve também ser considerado.

Nesse sentido, Canclini (1997), destaca que o relativismo cultural, impede que se possam comparar culturas, já que cada povo tem suas singularidades e particularidades. Assim, o termo cultura, pode ser compreendido como uma resistência do povo mais popular, isto é, fundamentando o que é importante, principalmente para manutenção das identidades ribeirinhas. Nesse sentido, uma educação para o povo ribeirinho, precisa estar pautada em suas vivências, com currículos que valorizem suas linguagens e saberes. Neste sentido, Hall (2005, p.13) afirma que:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeia. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. (HALL, 2005, p.13).

Assim, construir identidades no contexto educacional ribeirinho, requer que haja consonância com cada tradição, com as histórias de vida e cultural de cada local onde haja uma escola. O que se entende com as colocações de Hall (2005), é

que no meio rural, ou melhor, as comunidades ribeirinhas precisam ter em seu currículo escolar, suas características. Pois é sabido que de acordo com a LDB-96, há uma flexibilização, quanto ao trabalho, as safras e funções de vivências rurais, contudo, quando se trata de construção de currículo para reger o ensino e aprendizagem, há poucas inferências.

Seria preciso, conhecer melhor a realidade do aluno, sua cultura, costumes, para a partir de então construir saberes em consonância com o que já possuem. Desse modo Hall (2005) afirma que:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas estão em transição em diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais e que são produtos desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. (HALL 2005, p. 88).

O que se entende do pensamento do autor, é que há diversas identidades, que mudam se transformam de acordo com as inferências, o que levado para o campo educacional, pode ser um risco para perda de tradição, pois ao inferir uma educação no meio rural, com características urbanas, isso fará com que as tradições do local sejam modificadas, misturando-se a uma realidade, antes não vivida por tal população.

Nesse contexto de tradição, Giddens (1997, p.80), diz que “é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente”. O que nos leva a discussão de que se precisa ter cuidado ao planejar uma educação ribeirinha, de forma a não isolar os saberes culturais ali existentes.

Em uma realidade de cultura e saberes, ao se pensar em conhecimento, saberes que se liga a conflitos internos de transformações pelo capitalismo, bem como pelos saberes que a mídia impõe, precisa-se antes de tudo ter uma visão multiculturalista, que “entende as representações de raça, gênero e classe como produto das lutas sociais sobre signos e significações” (CANDAU, 2008, p. 51).

Este pensamento alcança todas as singularidades, de forma a valorizar as sociedades igualitárias, já que reconhece todos os grupos e processos culturais. Diante disso, o currículo educacional carece de uma reformulação, onde os conteúdos sistemáticos e os sujeitos para quem se direciona a educação possam participar em conjunto da busca de saberes. E como pontua Candau (2008), é

preciso que se promova “a formação de uma cidadania aberta e interativa”. Isso remete ao fato de planejar uma educação ribeirinha pensando nos diversos desafios e reflexões, pois não se pode mais planejar esse espaço como distante de hibridizações e conflitos ligados choque entre o tradicional e o moderno.

É necessário entender que a educação do campo, ou ribeirinha como é o caso deste trabalho, está dentro dos padrões de direitos, contudo é importante destacar que os meios onde estão as escolas, têm suas próprias identidades, culturas e tradições de forma que, os planejamentos precisam ter as características dessa cultura.

1.1 Contextualizando a vivência Ribeirinha

A vivência ribeirinha é tão ampla quanto o meio urbano, constituído por cerca de 200 mil índios na Amazônia, o que acarreta em 81 etnias diferentes com suas singularidades de línguas, culturas e saberes. Dentre as quais há a cultura cabocla, com ribeirinhos que moram às margens dos rios, lagos e igarapés. São grupos de pessoas que apresentam características amazônicas sobre formas de coexistência e utilização do meio local (CAVALCANTE e WEIGEL, 2004).

Desse modo, evidenciar a vivência ribeirinha, é perceber um espaço cultural, com desenvolvimento diferenciado, com diversas peculiaridades, tendo em seu modo de vida, em muitas comunidades a ausência de energia elétrica, ou mesmo os que possuem um motor de conjugado¹, são reduzidos pelo grande consumo de óleo diesel. Também são locais com uma grande precariedade em saúde pública, sem nenhum saneamento básico e pouquíssimos atendimentos de políticas públicas (HUTZ e SILVA; 2002).

Para os autores, de acordo com seus estudos, em relação a dificuldades em implantar técnicas em relação a serviços públicos oferecidos a essas comunidades, para conhecer e evidenciar suas rotinas, enfrentam barreiras devido a realidade em que vivem esses ribeirinhos. Por este motivo, realizar um estudo aprofundado destes contextos culturais e das suas diversidades em relação ao Brasil, para dar informações concretas, é bem dificultoso, mas não impossível.

Segundo Scherer (2004a), as localidades ribeirinhas, como na Amazônia em geral é composta por várzeas, que são os conhecidos igapós e os furos, que dão origens aos rios por onde as embarcações trafegam diariamente. Também há as florestas, que são de terras firmes, locais estes onde os ribeirinhos fazem suas

¹ Motor que funciona a óleo diesel, gerando energia elétrica.

roças e outras plantações.

As casas, como o autor define, são construídas em sua maioria às margens dos rios, igarapés ou lagos, fazendo, de certa forma, parte integral do estuário amazônico. Os “povos das águas”, definição feita pelo autor em estudo, se condicionam ao ciclo da natureza, onde sua vivência gira em torno das marés, das safras de frutas e de pescado. É o que o autor chama de ciclo sazonal, pois são movimentos naturais que vão definindo a forma e o tempo que vão vivendo os ribeirinhos. (SCHERER, 2004).

No local onde a pesquisa foi realizada, os ribeirinhos executam várias atividades no meio ambiente para sustento próprio e para venda. É o que conhecemos como sustentabilidade, mas para todas as atividades há um tempo no ano, ou seja, acontece por safra².

Os ribeirinhos não fazem plantações de açaí, pois segundo eles, o açaizal nasce das sementes que caem quando os cachos são tirados das árvores.

Figura I – Colheita do açaí. (2018)



FONTE: Fotografia pessoal para a pesquisa.

Ao ser apanhado, como é costume dos ribeirinhos ao citar a coleta do açaí, muitos caroços são espalhados pelo chão do local de onde são tirados. E esses caroços ao germinarem darão vida a novas mudas. Restando ao ribeirinho apenas a tarefa de limpar os pés das árvores ou mudar para locais mais propícios para crescerem e frutificarem.

A safra do açaí começa no mês de Julho e se estende até Outubro. Esse período é taxado pelos ribeirinhos, como tempo da fartura. Pois além de não faltar à comida, já que qualquer coisa, servido com o vinho é bom alimento, ainda rende

² Período em que as árvores de açaí mais produzem e seus frutos ficam pretos.

uma boa renda.



FONTE: Fotografia pessoal para a pesquisa.

FIGURA 02 – coleta do açaí para alimento e venda.

Todos os dias o ribeirinho sai em sua canoa para tirar o açaí. A escolha do fruto a ser tirado, não acontece de forma aleatória, o melhor é aquele que está “toíra”, ou seja, cinzento de tão preto, esse pode ser vendido por um preço melhor. Assim é tirado do açazeiro e “debulhado”³ no paneiro⁴ de cipó, que são tecidos pelos próprios açazeiros ou parentes que dominam essa arte de artesanato. Os paneiros são tecidos do tamanho para caber uma lata de açaí, que é vendido para os compradores que vêm de diversos lugares, principalmente de Macapá, pois todos os barcos de linha⁵, ou seja, que transportam passageiros de Belém, Breves e outros lugares para a cidade de Macapá ou Santana, passam pelo Rio Companhia e compram as latas de açaí dos ribeirinhos.

É comum ver os barcos de linha, pararem em diversos lugares do Marajó para comprar o açaí. No entanto essa renda é bem abaixo do que valeria em relação ao trabalho que dá subir na árvore de açaí, debulhar e carregar do mato para as casas onde os barqueiros compram. Alguns moradores, além de vender em latas, fazem o vinho do açaí e vendem em litros para os passageiros dos barcos. Mas essa venda é bem mais arriscada, pois em canoas, eles atracam nos barcos em movimento, correndo risco de serem puxados para baixo dos barcos ou a canoa virar e as pessoas se afogarem. Mas com grande habilidade, fazem isso durante a

³Ato de tirar o fruto do cacho para o paneiro ou outro recipiente.

⁴Cesto confeccionado por tala de arumã de forma artesanal.

⁵Embarcações que navegam diariamente, levando passageiros e bagagens de uma cidade para outra.

safra toda do fruto precioso como é chamado o açaí.

Normalmente o preço da lata varia entre dez a doze reais para os barqueiros que vendem nas cidades a quarenta e até a cinquenta reais. Por tanto, o lucro maior vai para os barqueiros e não para os ribeirinhos, mas é uma realidade que não se pode influenciar, já que é uma prática sem qualquer fiscalização e sem cobranças de impostos.

De acordo com estudos realizados por Salera (2009) pelo IBAMA, os principais municípios do Marajó onde suas famílias dependem mais da produção do açaí são Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Muaná, Ponta de Pedra, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Nos últimos anos o açaí teve um impacto positivo em relação à economia tanto do Pará quando dos Estados que fazem parte do estuário amazônico. A produção que até meados de 1990 era apenas extrativista, passou a ser obtido de manejos, isto é, plantações cultivadas para o fim de comercialização, principalmente em locais de várzeas, onde a Palmeira se desenvolve com mais vigor. Ou seja, seu padrão produtivo está sendo alterado, (de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado), em função da crescente procura no comércio externo à região.

Dessa forma, o fruto sendo de alta possibilidade econômica, garante renda para centenas de trabalhadores e ainda preserva a natureza, o que não acontecia com a retirada do palmito.

Segundo Marinho (2005), até a década de 70 o açaí era um produto de apenas autoconsumo para o povo ribeirinho da Amazônia, e municípios que fazem parte do estuário. A partir daí, nas décadas de 70 à 80, houve grande demanda da extração do palmito, o que acarretava grandes danos à natureza e a escasses da palmeira “*Euterpe oleracea Mart*”. E da década de 90 até os dias atuais, como já citados, a demanda é voltada para o fruto, tanto no mercado interno quanto externo.

Na época que é maior o consumo e bem reservada a comercialização, havia pouco manejo do açaí e o extrativismo ocorria apenas em açaizais nativos. Nessa fase a venda era bem pouca, apenas para alguns barqueiros comerciantes dos rios, conhecidos por regatões, que em poucas ocasiões levavam o fruto até Belém. O que se tem uma baixa comercialização do produto. Contudo as informações sobre a o início da comercialização do fruto do açaizeiro é singela e resumida, mas é possível que já aconteça a muito tempo dentro da história humana. Pois como Mourão (1999), afirma:

A explicação do complexo processo que articula as áreas rurais do estuário, onde estão localizados os açais, com os cidadãos que consomem o açaí, a começar pela coleta e comercialização dos frutos, mediados por diferentes transportes e relações de troca, até os lares rurais e centros urbanos onde são processados e consumidos, tem assegurado a legitimidade ao usuário dos açais enquanto produtores de frutos por séculos e possivelmente milênios. (MOURÃO 1999, p. 355).

Assim, seguindo a afirmação da autora acima é possível que esse comércio de açaí já aconteça a tempos, no entanto na Ilha de Marajó, precisamente no Município de Breves, segundo ribeirinhos e moradores da PA 159, as informações de compra e venda é possível que venha do início do século passado.

Alguns moradores idosos do Rio Mapuá, levavam o açaí para a cidade, mas nem sempre encontravam compradores, o que os obrigava trazer o produto de volta ou doar para alguém conhecido.

É comum ver os barcos pararem em diversos lugares do Marajó para comprar o açaí. No entanto essa renda é bem abaixo do que valeria em relação ao trabalho que dá subir na árvore de açaí, debulhar e carregar do mato para as casas onde os barqueiros compram. Alguns moradores, além de vender em latas, fazem o vinho do açaí e vendem em litros para os passageiros dos barcos. Mas essa venda é bem mais arriscada, pois em canoas, eles atracam nos barcos em movimento, correndo risco de serem puxados para baixo dos barcos ou a canoa virar e as pessoas se afogarem. Mas com grande habilidade, fazem isso durante a safra toda do fruto precioso como é chamado o açaí.

Por tanto, o lucro maior vai para os barqueiros e não para os ribeirinhos, mas é uma realidade que não se pode influenciar, já que é uma prática sem qualquer fiscalização e sem cobranças de impostos.

Segundo pesquisas da Embrapa (2006 p. 12):

A exploração do açaí é de fundamental importância para as economias dos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Acre e Rondônia, especialmente para o primeiro e o terceiro, pois responde pela sustentação econômica das populações ribeirinhas. Tem sido estimado que as atividades de extração, transporte, comercialização e industrialização de frutos e palmito de açazeiro são responsáveis pela geração de 25 mil empregos diretos e geram anualmente mais de R\$ 40 milhões em receitas. A partir de 1992, quando foi atingido o ápice das exportações de palmito, a produção de frutos de açazeiro experimentou crescimentos anuais significativos, em função do aumento da competitividade da coleta de frutos, motivado por melhorias nos preços, e do aumento da fiscalização, evitando a destruição maior dos açais. A produção de frutos de açazeiro no Estado do Pará cresceu de 92.021 toneladas, em 1997, para 122,322 toneladas, em 2002,

um aumento de quase 33%. Em 2003, a produção foi de 160.000 toneladas.

Contudo, para os moradores dos rios, há muito trabalho para a retirada do açai, mas os lucros são bem baixos, o que trás melhor resultado na alimentação desses ribeirinhos.

1.2 A educação Ribeirinha

Quando se fala em educação ribeirinha, logo se remete a escolas com ensino multisseriados ou multianos, para quem conhece apenas a realidade urbana de ensino, não consegue visualizar a dimensão de se desenvolver um trabalho pedagógico nessas classes. Não é só o fato de haver em uma única turma alunos de várias séries e idades. Na verdade, vai além disso, pois ali está um professor, que deixou família e amigos em casa na cidade e se deslocou para a localidade e realidade de turmas multiano, ou por necessidade ou falta de opção. No entanto, tenta a todo custo realizar um trabalho de qualidade. Sem apoio pedagógico, já que dependendo da distância, a escola não possui coordenação. A esse respeito Hage (2005), afirma que

Desde 2002 temos realizado estudos sobre a educação do campo, focando mais especificamente as escolas rurais multisseriadas e os desafios que os sujeitos do campo enfrentam para assegurar o seu direito à escolarização nas pequenas comunidades onde vivem, trabalham e produzem a sua existência. (HAGE 1ª ED. BELÉM 2005).

O autor afirma que essa situação envolve um conjunto de possibilidades que apoiam o descrédito ao tipo de educação existente nas turmas multianos. E um dos primeiros pontos citados pelo autor a respeito da precariedade, são as infraestruturas das escolas que, ou funcionam em casas, salões ou igrejas, ou em pequenas salas com péssima iluminação que impossibilita a realização de um bom trabalho. Diante dessa situação de precariedade estão os heróis que ali trabalham, professores, tentando criar estratégias, projetos e sequências didáticas para tentar sanar os problemas das classes multi e melhorar a aprendizagem dos alunos.

Toda ação que cerca o cotidiano do ribeirinho varia de acordo com as enchentes ou vazantes dos rios, no tempo do sol ou da chuva, nas noites de lua cheia ou de escuridão e como pontua Scherer (2003 - 2004b), a natureza e a cultura

são quem rege o tempo ou a vivência de quem vive nas várzeas.

Wagley (1952), já dizia que o sobrenatural tem forte influência na vivência do povo ribeirinho e seus modos na caça ou na pesca, o que tem forte impacto ao ser reproduzido de forma oral (FRAXE, 2000). Assim compreende-se que o povo ribeirinho, bem antes da escola, já possui uma educação peculiar, uma cultura intrinsecamente acentuada em seu dia a dia.

Sobre a educação escolar, Mota Neto (2004), demonstra em seu estudo que as condições são precárias em relação ao trabalho pedagógico, havendo constantes abandono dos estudos por parte dos alunos, ou não havendo continuidade dos mesmos e um dos fatores é a distância e deslocamento até a uma unidade escolar. Outro fator que o autor aponta é a falta de educadores, quando estes alunos passam para o fundamental avançado, ou ainda a constante mudança de professores, o que provoca desânimo e desinteresse nos alunos em dar continuidade aos estudos.

Mota Neto (2004), ainda aponta para o modelo de multisséries, já que ainda há predominância nas escolas ribeirinhas, principalmente nas séries iniciais, havendo alunos de várias idades e níveis diferenciados nos estudos. Contudo, a educação ribeirinha precisa ser repensada, já que não é mero espaço educacional, mas que está inserida em um meio de vivências culturais e cheio de diversas significações.

Há uma predominância da religião católica nas comunidades ribeirinhas, que quase sempre recebem uma denominação de algum Santo, como é o caso desta em estudo que se chama “Santa Maria”. Essa nomeação é o que chamam de padroeiro, onde há anualmente o festejo do Santo. É uma associação com a cultura, social e política que reúne toda a comunidade para festejar o dia do Santo padroeiro. E como Ferraz (2010), destaca:

Este evento exprime, de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, econômicas, políticas, morais, estéticas, estreitando laços de cooperação e amizade, promovendo a aquisição de fundos e demarcando relações de poder no interior da comunidade (FERRAZ 2010 p. 31).

Uma destas festas foi vivenciada durante a pesquisa de campo, onde toda a comunidade vizinha vem para o festejo que dura mais de cinco dias, com bingos, leilões e sorteios de prêmios. Assim, entendemos que a educação ribeirinha

envolve, cultura, religião e todo o aparato imaginário que os cercam, dessa forma não se pode haver generalização no ensino, tão pouco remi-lo a mero ensino multisseriado.

2 RIO MAPUÁ E A CULTURA POPULAR DE RESERVA AMBIENTAL

FIGURA 03 – Comunidade Santa Mario no Rio Mapuá.



FONTE: Foto pessoal da pesquisa de campo.

O Rio Mapuá, onde foi realizada a pesquisa, fica localizado há 18 horas de barco a partir da cidade de Breves, em período de inverno, quando a água está cheia. No verão, com a seca, leva em torno de 24 horas, pois é necessário caminhar em uma estrada por mais de 4 horas, para chegar ao destino, então há a necessidade de dormir em uma comunidade próxima e seguir viagem apenas quando o dia amanhece.

A vivência do educador para esta localidade é bem difícil, visto que nem a embarcação da secretaria de educação consegue chegar até a localidade. O que torna a escola isolada, de tudo que cerca a educação administrativa, já que o difícil acesso impossibilita qualquer tentativa de maior aproximação.

O rio constitui-se de em uma dimensão estreita, cercado por matas virgens com águas escuras e frias que levam até a comunidade de Cumarú, vila onde se pode visitar o Casarão, uma construção toda feita em madeira de acapú, que tem sua fundação no ano de 1945, período remanescente da borracha. E, segundo narrativas dos moradores, sua fundação aconteceu para armazenar produtos de soldados ou aliados durante o final da segunda guerra mundial, que ocorreu nesse mesmo ano. Contudo, em estudos sobre a reserva encontrou-se Diegues (2001),

que dá outra justificativa para a fundação da reserva. Segundo o autor haviam movimentos sociais que lutando pelo meio ambiente, pontuavam a criação de reservas extrativistas a intenção era criar “estratégia política para garantir o direito de permanecer no território que tradicionalmente ocuparam”. (DIEGUES, 2001).

A comunidade possui uma escola de nível básico, um pequeno comércio, energia a motor diesel, uma pequena igreja (capelinha) e recepção de televisão via antena parabólica. E agora com o avanço tecnológico, já possui internet via satélite, o que facilitou a comunicação com o meio urbano e demais comunidades aos redores.

Para entender melhor sobre RESEX (Reserva Extrativista) Mapuá, Eliane Miranda Costa (2007), em sua tese de doutorado diz o seguinte:

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó, aprovado em 2007, parte deste território vem sendo transformado em UC. Em geral, se contabilizam seis reservas extrativistas federais⁴, uma UC estadual⁵e uma municipal⁶e 1147PAEx. Estas têm contribuído para dar um novo contorno a política de regularização fundiária⁸no Marajó. As RESEX federais abrangem uma área de 726.546 ha, correspondente a 7% da área total do Arquipélago. Segundo o Plano Marajó tais reservas foram criadas para assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis no intuito. (Costa 2007, p. 06).

Dessa forma, as reservas, garantem, através da sua tradicional convivência com a natureza o uso equilibrado dos recursos naturais em conjunto com os regulamentos legais. Assim, é possível dizer que o manejo sustentável das florestas está diretamente vinculado com desenvolvimento sustentável nas comunidades extrativistas da região, as quais têm o perfil e a posição estratégica para poder evitar a invasão com práticas predatórias. A este respeito a autora ainda diz que: “O argumento defendido é de que o uso dos recursos naturais constitui uma base de desenvolvimento sustentável e usufruto pelas comunidades tradicionais de forma organizada não compromete o desenvolvimento da região” (Costa 2007 apud BRASIL, 2007b).

Ainda assim, apesar do uso sustentável, este equilíbrio é delicado e o sistema complexo, pelo que se torna necessário trabalhar sistematicamente num contexto abrangente que integre os diversos elementos do manejo sustentável da floresta, da agroecologia e do fortalecimento de processos de governança local e participação, associado à geração de renda para as famílias.

O mapa abaixo procura demonstrar, minimamente, a disposição geográfica e

estes homens, mulheres ou crianças. E mesmo se tendo a principal finalidade, o consumo do produto, nas safras⁶ e entressafras⁷ o trabalho aumenta por causa da grande procura por barqueiros. Nesses casos são os homens que tomam a frente da coleta, pelo volume ser maior.

Mesmo os municípios do Marajó sendo predominante a produção do açaí, as safras variam muito de um lugar para o outro. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2008), em algumas localidades como no oeste do Marajó a safra vai de maio a setembro e de outras como a noroeste da ilha, de agosto a novembro. No entanto ainda segundo esse plano, nas várzeas, alguns produtores descobriram que os açaizeiros da primeira safra sempre produzem fora da época normal. Dessa forma, seria possível efetuar o manejo, deixando um estipe em formação na touceira do açaizeiro, permitindo-se obter uma parte da produção desses novos rebentos. A queda da renda para muitos pequenos produtores, nas áreas de várzeas, por ocasião da entressafra do açaizeiro recomenda desenvolver procedimentos para permitir a produção de frutos nesse período.

O fruto do açaizeiro seja em vinho, suco, sorvetes ou energéticos tem uma aceitação muito grande no mercado, isso devido aos valores nutricionais e pelo fato de ter caído no gosto de outras populações além dos que já o tem como fonte de alimento. Sua importância foi tanto nas últimas décadas que até uma lei foi criada para promovê-lo em símbolo do Estado do Pará (PARÁ, 2001).

FIGURA 05: Armazenamento do açaí para venda.



⁶ Período de produção.

⁷ Período intermediário entre uma safra e outra imediata, é a reprodução da produção.

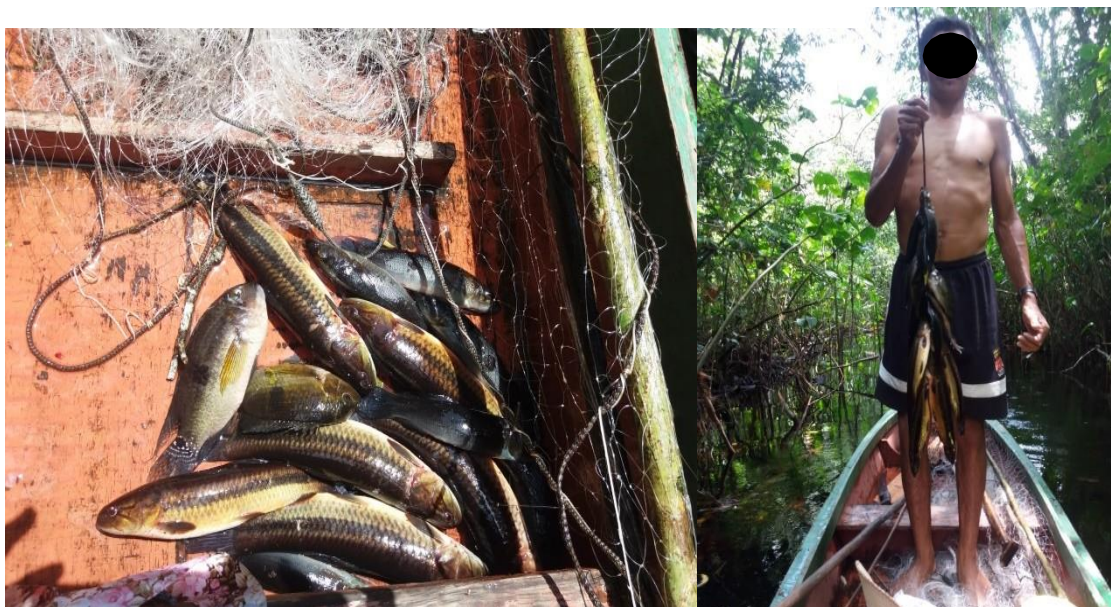
FONTE: foto tirada para a pesquisa de campo.

A economia vinda da extração do açaí não é recente. Segundo uma moradora do local, desde sua infância já via os pais trabalharem com o manejo e extração desse fruto. E foi assim que aprendeu e quando o marido (Sr. Raimundo Rodrigues) se mudou para a comunidade, também seguiu o mesmo ofício durante as safras. Juntos plantaram um açailal de “dar inveja” (palavras dela). As plantações são bem extensas nos dias atuais. Isto porque durante muitos anos houve muitas derrubadas da palmeira para a retirada do palmito, que agora ajuda na economia, apenas para quando há a necessidade de retirar as árvores mais altas, para darem espaço as mais novas. Pois com o açaí em alta ficou claro que é muito mais rentável manter as árvores e vender os frutos. Só que para que o fruto chegue no ponto de venda, um longo caminho de muito trabalho é percorrido.

De acordo com Poulet (1998), nas comunidades ribeirinhas e no meio urbano do Marajó, o açaí é parte fundamental e de grande importância para a dieta alimentar da população.

A pesca também é um meio que garante sustento às famílias ribeirinhas. De acordo com moradores, durante o inverno a pesca é escassa, mas no verão há fartura e muita abundância de espécies, o que garante uma alimentação balanceada e uma renda extra, já que vendem constantemente para barqueiros que passam pelos rios.

FIGURA 06: Pesca artesanal.



FONTE: foto tirada para a pesquisa de campo.

Esta safra acontece no verão, vai dos meses de setembro a novembro. Período este onde todos os moradores da comunidade pescam para o alimento e venda. As pescas são de linha, rede de malha, massará e pena com puçá.

A pescaria, não exige uma idade certa para que aconteça, nem escolaridade de seus praticantes, como afirma Caregato e Petrerf Jr (2003), assim, na época de safra do peixe, as comunidades Bom Jesus, nas pessoas independente, de serem crianças ou adultos, se envolvem com a pesca do jeju, traíra e outros peixes. Estes são vendidos, ainda vivos ou salgados, o que gera uma boa renda para as famílias. Contudo, alguns dos moradores usam a pesca apenas para alimento próprio.

A farinhada se trata de um acompanhamento alimentício que ao ser extraída a raiz da mandioca, passa por processo de raspagem, sendo lavada e moída, para em seguida ser exprimida para tirar o tucupi e levada a uma chapa que chamam de forno, para ser torrada. Assim como o açaí, peixe, a farinha tem grande influência na alimentação e economia da localidade, já que também é vendida para gerar rendas. Algumas famílias viajam constantemente até as cidades mais próximas para vender o produto que é bastante apreciado.

FIGURA 07: Fabricação da farinha na casa do forno.



FONTE: foto tirada para a pesquisa de

A farinha também gera renda, ela é fabricada em trabalho familiar. De acordo com o Sr. Raimundo Nascimento Araújo, a farinhada vem de um grande processo, onde se faz convidados de vizinhos para roçar as áreas para as roças, plantações e limpeza das manivas, isto é, retirada dos matos que crescem junto

com as manivas de mandioca. Após esse processo, se espera por seis meses para que a mandioca possa ser usada. Ai semanalmente as famílias vão até as roças e tiram a raiz, raspam, ralam e secam para torrar e transformar em farinha. A venda é feita na cidade de Breves, Macapá, em alguns casos, e para embarcações que vão até o local.

Programas do governo como: bolsa família e o seguro defeso de pesca. Sobre este assunto, de acordo com o Diário oficial, em Brasília no ano de 2010:

Há um período na cadeia produtiva da pesca, em que existe uma proibição para se efetuar a pesca, tendo em vista proteger a necessidade de renovação dos cardumes. Neste período, ficam vetadas ou controladas as atividades de caça, captura e coleta de peixes em determinadas áreas, em períodos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Essa medida visa proteger a fauna, tendo em vista que ocorre no período de reprodução dos peixes, de molde que haja sustentabilidade na pesca. Nesse período, em nossa Cidade, especialmente, os pescadores artesanais e suas famílias ficam impedidos de pescar no estuário da Lagoa dos Patos, sendo que precisam prover a sua família. Em razão disso, há um benefício oferecido pelo Governo Federal para os pescadores, por causa da proibição de exercer a sua atividade. Tal benefício é pago como auxílio assistencial, no importe de 1 (um) salário-mínimo, nos meses em que durar a proibição e visa a garantia de sobrevivência do pescador. É importante o auxílio não só para a dignidade do pescador, como também de sua esposa, que lhe ajuda no emalhe das redes, na filetagem do peixe. (BRASIL, DIÁRIO OFICIAL EM DEZEMBRO DE 2010).

Sobre os meios de sobrevivência dos moradores ribeirinhos, também em poucos casos há a carpintaria e trabalho com pequenas serrarias de madeira. Os moradores da comunidade Bom Jesus, em sua maioria são pessoas simples que recebem bem os visitantes e pesquisadores. As inferências urbanas são contínuas nas comunidades e são percebidos nos diferentes materiais de construção utilizados, nas antenas parabólicas presentes em algumas casas, a instalação de antenas de telefone e rádio fonia, principalmente em vilas, e que nem sempre funciona, mas que possibilita a comunicação entre as comunidades e com outras partes do mundo.

2.1 A jornada docente do Rio Mapuá

As dificuldades de transporte e da distância para chegar até as escolas ribeirinhas, muitas vezes são um grande desafio.

Figura 08 - Meio de transporte para chegar até a comunidade Santa Maria.



FONTE: foto tirada para a pesquisa de campo.

Embarcar na cidade de Breves, em uma embarcação é um grande desafio, com excesso de passageiro, alguns que não primam pela higiene corporal, outros embriagados, fazem das 24 horas de percurso, um verdadeiro tormento. São horas e horas durante o dia, sem poder sossegar na rede, já que o tempo todo, as pessoas esbarram nela, a música vinda do bar é muito alta, os embriagados vêm fumar entre as redes. E durante a noite a tormenta é maior, pois junto a quentura, a fumaça de cigarro, ainda há alguns passageiros que furtam as mercadorias e utensílios que os professores levam da cidade.

Então, a falta de material, ou apoio pedagógico, nas comunidades ribeirinhas, citadas por Hage (2005), são um diferencial, mas não são os maiores desafios da vida do professor, que sai da cidade de Breves, para ir trabalhar no Mapuá, pois até o docente chegar na sua sala de aula, que na maioria das vezes nem existe (pois se trata apenas de um espaço precário, cedido para as aulas), ele passa por grandes aflições. É claro que não se pode generalizar, pois o que se exemplifica aqui neste estudo, é o percurso para chegar até a comunidade onde a

pesquisa foi realizada.

Após as 24 horas de viagem na embarcação mostrada na imagem acima, o docente ainda não chega em seu destino, mas aporta na Vila de Santa Maria. Lugar de muitas casa e famílias. Ali é o final da linha de viagem da embarcação, que vem de Breves. Mas ainda se tem 04 horas de viagem para finalmente chegar até a escola.

Em período de verão essa dificuldade aumenta, pois o rio seca, e as embarcações não chegam até essa localidade. O que fazem com que os professores precisem caminhar, na lama ou locais perigosos, que tem cobras e outros animais peçonhentos, pois caminha em pequenos caminhos preparado pelos moradores, que levam horas de caminhadas para chegar até a localidade.

Quando finalmente chega até a escola, as dificuldades são outras, primeiro que em uma visão geral da educação ribeirinha, ela ainda é vista como inferior, em relação ao meio urbano, o que gera algum tipo de preconceito não só com o aluno ribeirinho, mas com o educador. Pois é comum em formações ou outros encontros de educadores, haver uma espécie de subjugação aos professores do meio rural. Como se sua formação ainda refletisse ao que foi inicialmente na história da educação ribeirinha, com professores que tinham apenas a quarta série.

FIGURA 09 – Rio Mapuá em período de seca durante o verão.



FONTE: foto tirada para a pesquisa de campo.

Nos dias atuais, a maioria dos educadores ribeirinhos já possui graduação superior e até pós-graduação, o que os tornam tão capazes, quanto aos professores do meio urbano.

Uma das dificuldades maiores, além do transporte como já foi citado e por algumas situações de preconceito, é o ato em dissociar teoria de prática, ou seja, aquilo que é repassado pelo currículo com a realidade encontrada nas escolas, ou o que se vê em relação a se formar em professor e a realidade ao se deparar com turmas de ensino multissérie. Na verdade, durante a formação em docência, não existe um estágio direcionado para tal realidade.

Essa realidade crítica sobre a vida dos educadores que vão para o meio rural, não acontece apenas no rio Mapuá, na verdade é algo comum a todos que trabalham às margens do rio Amazonas. Pois se ouve muito, nas viagens mensais de volta a Breves, quando os mesmos se encontram, em congressos e formações disponibilizadas pela secretaria de educação.

Alguns professores deixam para vir na cidade apenas de dois em dois meses, pois a viagem tem um custo alto e a prefeitura não fornece meio para que esses professores possam viajar sem que haja custo e torna impossível a vinda todos os meses. Ainda têm aqueles que deixam as famílias nas cidades sem recursos, pois o que ganham é tão pouco, mas que não abandonam o que fazem porque a situação seria pior.

Outra dificuldade nessa jornada docente ao meio ribeirinho é a questão de não haver educadores suficientes para estas comunidades, ou que atendam a demanda de alunos, que são obrigados a continuarem nas turmas multianos, fazendo com que o professor que assume as turmas, esteja em um agravante maior em relação ao ensino e aprendizagem. Mas de acordo com Marco Antônio (1995 p. 9) *“O professor deve propor atividades que possibilitem aos alunos a busca pessoal de informações, a proposição de soluções, a defesa destas e permanente discussão”*.

Dessa forma, o educador, por conta própria, prepara seu material, compra livros (já que o acesso a internet, dessas comunidades longínquas é impossível), e tenta cumprir com um calendário que não condiz com a realidade ribeirinha e procura proporcionar aprendizagem aos alunos e sobrevivência si próprio.

3 O ENSINO E APRENDIZAGEM MULTIANO NA ESCOLA SANTA MARIA

A escola onde a pesquisa foi realizada, é considerada de grande porte, tendo 04 salas de aula, amplas, ventiladas e iluminada.

FIGURA 10 - Escola Santa Maria/ Alto Mapuá.



FONTE: Fotos pessoais da pesquisa de campo.

A escola tem 03 professores, 01 zelador, 01 secretária e 02 merendeiras. Atende 196 alunos entre masculino e feminino. Os três educadores possuem graduação em pedagogia e dois deles tem pós-graduação em educação especial.

Quanto ao ensino e aprendizagem nas classes multianos, não se diferencia nas escolas ribeirinhas, no entanto, é preciso levar em conta a questão da linguagem materna que é muito forte nessas comunidades. Pois há uma valorização daquilo que é ensinado pelos mais velhos, através de estórias ou histórias orais.

Com a perspectiva de contação de histórias, e inserindo sua valorização

para a tradição oral, tanto uma quanto a outra são de extrema importância para que se haja história de um povo. Pois através da memorização de um tempo é que surgem as tradições, costumes e cultura e em complementação, a aprendizagem em sala de aula.

Vivendo em um mundo onde a escrita é tida como representação legal e segura de uma cultura moderna praticamente esqueceram que não muito tempo atrás era a palavra que mantinha uma sociedade, com o constante repassar de valores, tradições, conhecimentos e memórias para os mais novos. E essa transmissão era feita, unicamente pelos idosos, ou velhos como se prefira dizer.

Essa forma de repassar conhecimento era tida como a hegemonia do racionalismo pela experiência. A esse respeito Manuel Ferreira (1977). Diz que um país bem conhecido, a África⁸, sendo de povos que primam à oralidade e o valor da palavra, tem sua origem no mundo literário de expressão portuguesa a partir do século XV, época que se levanta o nível de ciência as literaturas europeias, através de cronistas, missionários, historiadores e pensadores, além dos missionários que com suas escritas, influenciaram a disseminar a literatura portuguesa no período renascentista, no berço político de dominações e cristão.

No que diz respeito à tradição oral, Fernandes (2003), nos dá uma dimensão do que realmente é; “Tradição oral não se constitui, essencialmente, pelo repertório de histórias formado ao longo dos tempos, mas pela contínua atualização destas histórias”. (FERNANDES, 2003, p. 57). Portanto, repetir as histórias de tempos em tempos, não significa que seja tradição oral, mas é necessário que estas sejam atualizadas, ou seja, que mesmo oralizada, as histórias estejam de acordo com a atualidade de onde está sendo contada. Isso remete a literatura e a linguagem utilizada.

Juntando memória e tradição, Câmara Cascudo (2001), nos dá uma síntese

A memória é a imaginação do povo, mantida comunicável pela tradição, movimentando as culturas, convergidas para o uso, através do tempo. Essas culturas constituem *quase* a Civilização nos grupos humanos. Mas existe um patrimônio de observações que se tornam normas. Normas fixadas no costume, interpretando a mentalidade popular. (...) Não lhe sentimos a poderosa e onímoda influência como não percebemos a pressão atmosférica em função normal. Nem provocam atenção porque vivem no habitualismo quotidiano. (CASCUDO, 2001, p. 9)

Assim, entendemos, de acordo com o autor, que memória também pode ser

⁸ Terceiro continente mais extenso (depois da Ásia e da América) com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, cobrindo 20,3 % da área total da terra firme do planeta.

imaginação de um povo, mas é pela tradição que se mantem, então há uma ligação entre memória e tradição, onde as duas se interligam formando a cultura. Dessa forma, se desenvolve cultura e mentalidade popular. E apesar da sociedade capitalista não dá o devido valor, são pelos velhos que as tradições e memórias são repassadas através do tempo.

Os personagens principais desse contexto através dos tempos sempre foram os idosos. No entanto, na atualidade, eles acabaram perdendo seus lugares na sociedade. O que nos posiciona sobre as ideias de levar histórias e contações para a sala de aula de forma que as crianças possam ter mais interesse a respeito dessa prática e possam buscar mais essas pessoas dentro de suas famílias, pois são eles, os idosos os maiores contadores de histórias e estórias.

Para Ecléa Bosi (1979), estaria outorgado aos idosos o dever social de lembrar. Entretanto, da mesma forma que o sistema capitalista tende a discriminar o ato de lembrar, também discrimina os idosos, os quais são considerados inúteis a partir do momento que deixam de ser um meio de produção.

Nesse contexto, em sala de aula, não seria possível separar a memória, aprendizado materno passado oralmente, do currículo educacional que deve ser seguido. Assim, os professores da escola Santa Maria, chegaram em um consenso, em adaptar o currículo educacional direcionado, com as diversas histórias de caçadores, estórias contadas pelos idosos, para a disciplina de língua portuguesa, artes, ensino religioso, história e até geografia. Método este que tem dado certo e contribuído para a formação dos alunos de forma significativa.

Nesta pesquisa, os professores decidiram trabalhar as disciplinas que demonstravam o que haviam relatado em relação ao ensino e aprendizagens. Com contações de histórias diárias para iniciar as aprendizagens. Dessa forma, o conteúdo escolhido para o quinto ano, ia sendo adaptado para o terceiro ano, como forma de leitura e interpretação, para o segundo ano como silabário e para o primeiro ano, com as palavras e formação de palavras nas sílabas. Foi um método bem interessante de se observar.

Como foram assistidas 03 aulas da semana de pesquisa, a primeira aula foi iniciada com a história do Saci, já que uma das crianças afirma que seu pai já encontrou tal criatura. Segundo uma das professoras (que não quis ser identificada), quando se faz a semana de leitura com as histórias orais, os contos são selecionados uma semana antes.

Neste dia, foi apresentado pela docente o conto do Saci Pererê, pois além de utilizar o livro dos 10 sacizinhos, poderíamos usar suas imagens para trabalhar a lenda contada pelo aluno, havia a leitura já conhecida pelos alunos, de um livro, apresentando as imagens. Em seguida, em roda de conversa, foi apresentada a lenda do Saci. Os alunos sempre assistiram muito atentos a narrativa e no final cada um tinha um conto próprio para contar, sobre o que foi apresentado.

Aproveitando a direção que tomou a aula, a professora direcionou para a atividades escrita, onde cada aluno deveria escrever ou desenhar, para o caso dos alunos que não conseguem elaborar a escrita. Assim a atividades deste dia era que os alunos criassem seu próprio conto do Saci.

FIGURA 11 – Alunos confeccionando desenhos para ilustrar os contos escritos.



FONTE: Fotos pessoais para a pesquisa DE CAMPO.

As crianças criaram diversos textos, tanto com desenhos como escrito para os alunos do quinto ano, outros criaram um desenho e em seguida um pequeno texto e ainda os coloriu. Os alunos maiores também ajudavam os menores, narrando contos, desenhando ou colorindo os desenhos que os menores faziam para que o conto ficasse mais bonito, segundo eles.

Assim, percebeu-se que o objetivo deste dia tinha sido alcançado, visto que a imaginação das crianças foi aguçada e o resultado escrito e desenhado foi exposto no mural da sala. As crianças ficaram muito felizes por ver o resultado de seus trabalhos. E mesmo depois dessa oficina ainda tinham histórias para contar. Para finalizar, os alunos escolheram o conto livro para fazer a encenação no último dia. Assim realizamos o ensaio para a apresentação.

As duas outras aulas assistidas, seguiram este mesmo modelo e foi muito

interessante perceber que, apesar das dificuldades, há como realizar aulas dinâmicas em classes ribeirinhas de ensino multiano, basta que o docente tenha criatividade e se permita observar a cultura local, fazendo com que o ensino na sala de aula tenha significação na vida do aluno. A influência na vida ribeirinha da oralidade como já foi visto que é muito frequente, faz parte da vivência deles e quando o professor se permite usar como ferramenta educacional, os resultados são sempre positivos.

Há ainda recorrências de pesquisas voltadas ao estudo de práticas de oralidade como instrumento didático ou conteúdo a ser trabalhado na escola. Dentre elas, destacamos os trabalhos de Marcuschi (1997, 2001 e 2007), cujas abordagens gerais incidem sobre o código linguístico – da língua falada e da língua escrita – como prática discursiva, que engloba os processos de produção e uso social da língua e que são passíveis de serem ensinados na escola. O autor analisa contextos de produção, usos e formas de transmissão da oralidade e da escrita no cotidiano, apontando para a necessidade de um ensino escolar capaz de promover uma compreensão de língua que comporte seu variante sócio cognitivo e histórico. Sobre o trabalho com a linguagem oral na escola, Marcuschi afirma que:

O trabalho com a oralidade pode, ainda, ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva (...). Dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como suas formas de disseminação. (MARCUSCHI, 2001, p. 83).

Dessa maneira, segundo Marcuschi, a oralidade é a prática social com intenção comunicativa, realizada pela fala, essa, tida como uma modalidade de uso da língua, considerando-se há outras formas de usar a língua, como através da escrita, por exemplo. E nessa pesquisa foi percebido uma utilização excepcional do uso da oralidade na aprendizagem dos alunos da Escola Santa Maria no Mapuá. Faz uma diferença muito grande no desenvolvimento dos alunos, um estudo pautado no que eles já vivenciam diariamente entre seus familiares.

3.1 Análises e discussões

A pesquisa apontou, ao longo das observações, do conhecimento empírico apresentado pelos docentes e da metodologia de ensino observada, que os alunos

ribeirinhos são atores sociais, sujeitos dialógicos, que veem a importância de usar seus saberes como ferramenta de busca de conhecimento científica. A linguagem desenvolvida na educação ribeirinha é fundamental para conhecer as vivências dessas crianças que desde pequenos aprendem o trabalho pesado.

Dessa forma, se valoriza ainda mais as dificuldades que os docentes passam para poder chegar a estas escolas longínquas e levar conhecimento, para um povo que busca nas águas seus alimentos e ainda tem ensinamentos importantes para repassar através da oralidade.

Contudo, assim como se percebe a importância da escola nesses locais, o valor que há em mesclar a educação científica com o que o aluno já possui de linguagem materna, é preciso uma atenção maior para os docentes que deixam suas famílias na cidade, enfrentam dias e horas de viagem, em embarcações sem nenhum conforto. E ainda enfrentam as caminhadas nas matas, a seca, algumas vezes a fome, para poder chegar em escolas ribeirinhas, encontrando ainda maiores dificuldades.

Por outro lado, sempre se ouve falar em relatos de professores sobre a ineficiência das classes multianos em relação ao ensino e aprendizagem, citado até pelo próprio professor Salomão Hage quando fez sua pesquisa em 2005. Contudo, muito dessa realidade apresentada pelo autor, já foi modificada, tanto pelas formações dos educadores que subiram de nível, quanto pelas novas metodologias de ensino empregadas nas salas de ensino multiano.

Usar saberes locais para valorizar o ensino e aprendizagem é de extrema importância e além de tudo, deixa os alunos mais a vontade, pois eles veem uma significação no que estudam e aprendem. (ROXANE ROJO, 2013).

As aulas estão mais dinamizadas, os saberes locais estão mais valorizados e, portanto, a educação oferecida tem maior qualidade do que a apresentada no passado, quando se referia a escolas ribeirinhas.

Assim o relativismo apresentado por Canclini (1997), de impedir a comparação cultural, já não é válida para a situação pesquisada, visto que se utiliza tanto a cultura dos livros didáticos, que também estão mais acessíveis, com os saberes locais apresentados pelos alunos. O que se vê ao observar as aulas na escola Santa Maria, é o que Hall (2005), apresenta como consonância, o que se percebe havendo que “estão emergindo identidades culturais”, com a mistura dos saberes científicos e dos saberes orais repassados de pais para filhos, como é

costume ribeirinho.

Ainda de acordo com Canclini (1997, p. 283-350), ao tratar sobre o hibridismo cultural, ele afirma que é uma forma de reorganizar os cenários culturais, ou seja, de observar os cruzamentos das identidades, mas segundo o autor para fazer essa reorganização é necessário fazer um estudo sobre como estão sistematizadas as relações entre materiais e simbologias entre os grupos sociais. O que dá foco a questão da migração de outros povos e culturas, contribuindo assim para a mistura de costumes e culturas, o que em muitos casos formam novas culturas entre as populações. Por outro lado, Hall (1999) também faz inferências a este assunto apresentando a seguinte reflexão:

Algumas pessoas argumentam que o “hibridismo” e o sincretismo –a fusão entre diferentes tradições culturais –são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado (HALL, 1999, p. 91).

Isso nos leva a compreender que para Canclini (1997), as hibridizações colocam as culturas como sendo todas de fronteira. O que faz com que elas percam características de exclusividade com suas territorialidades, mas acabam ganhando mais comunicação e conhecimento.

4 ANALISE DA PESQUISA ATRAVÉS DOS QUESTIONÁRIOS

A pesquisa se apresenta em dois aspectos, o primeiro voltado para a descrição da comunidade, onde através de observações, conversas informais e registros por fotografias foi possível conhecer um pouco das vivências desses ribeirinhos. O segundo aspecto se trata dos resultados obtidos através do questionário direcionados aos 03 professores da escola Santa Maria.

Na comunidade Santa Maria, as vivências são singulares ao já conhecido meio de vida ribeirinho, onde pessoas com poucos recursos, sobrevivem do que a natureza lhes propõe em caças, frutos e matéria prima para vendas externas, do fruto do açaí, por exemplo, do palmito, peixe, mandioca para farinha ou macaxeira.

A educação que a escola oferece, para muitas famílias é uma forma de garantir um futuro diferente aos filhos, que tem a possibilidade de estudar e quem sabe, conseguir uma profissão nas cidades. Infelizmente, ao que se observou, poucos são os que conseguem, por diversos fatores, financeiros ou outros, que acabam interrompendo sonhos de melhorias.

A população ribeirinha da comunidade se divide entre católicos e evangélicos, tendo seus modos de vida bastante peculiar, sem horários para compromissos, a não ser os comuns diariamente, de trabalhos nas roças ou coleta de frutos, entre outras situações domésticas.

No entanto neste contexto um tanto peculiar, a escola se apresenta como algo de significância. Primeiro porque todos os alunos recebem o bolsa família e precisam frequentar as aulas, para poder continuar recebendo o benefício. Segundo que, como já citado, na visão dos moradores, a escola pode oferecer um futuro melhor para as crianças, sem falar na merenda escolar, um alimento extra para os alunos, que na maioria das vezes, nem tomam café em suas casas.

Contudo, ainda sim existe uma ausência muito grande de alunos, que faltam às aulas, para ajudar os pais nas roças, derrubadas de árvores para madeiras, e

retirada do açaí em período de safra. O que de acordo com os professores, acarreta em pouco rendimento escolar e muitas vezes em reprovação no final do ano letivo.

A escola funciona todos os dias da semana, com alguns sábados letivos, nos dois turnos (manhã e tarde), atendendo alunos da educação infantil, bloco de alfabetização e uma turma do fundamental avançado, também com ensino de multiano (sexto ao nono ano).

A escola possui um meio de transporte, com um barqueiro que leva e traz os alunos de suas casas para a escola e vice-versa. O barco não pertence à escola, mas a pessoa que trabalha como barqueiro contratado pela prefeitura de Breves.

O ambiente é bastante agradável em relação ao clima, pois há muitas árvores ao redor da escola, assim como o rio, a iluminação também é natural, visto que o motor que gera energia, só é ligado no início da noite e desligado por volta das 21 horas da noite.

Com as entrevistas, foi possível conhecer a formação docente, que caracteriza em processo de formação no nível superior, ou já formados com pós-graduação. O que já demonstra um nível de ensino com melhor qualidade, se comparar com a formação dos docentes que ali trabalham.

No entanto ao observar a matriz curricular e os planejamentos de aulas, foi percebido uma descontextualização entre currículo e modos de vidas dos alunos. Pois o que foi percebido, os conteúdos seguem os padrões urbanos, com livros didáticos e quase nenhuma inferência ao modo de vida ribeirinho.

Quanto a prática de sala de aula, é bastante conturbada, já que o trabalho com multiano, exige uma postura dificultosa para o docente. A este respeito, Barros (2004), aponta para o fato de as multiseires aglomerarem um número de alunos grandes e com níveis de saberes diferenciados, esse fator leva os professores a realizarem aulas já excludentes, visto que é impossível para um único profissional alcançar todos os alunos e níveis de saberes e assim o ensino se torna mecânico e sem muitas dinâmicas.

Na análise das respostas do questionário, os professores serão chamados de Prof. A, Prof. B e Prof. C, as perguntas foram as seguintes perguntas:

1) Que tipo de metodologia são realizadas para trabalhar a leitura dos alunos?

Prof. A: *Gosto de usar o lúdico, pois trabalho com educação infantil, então fica mais fácil. Mas uso desenhos, brincadeiras e já vou escrevendo na lousa para as crianças*

irem se adaptando. Mas são poucas as atividades, é mais voltado para brincadeiras.

Prof. B: *Na minha turma tenho aluno do primeiro, segundo e terceiro ano. Então fica difícil usar só uma metodologia, então escrevo na lousa, mas uso muito o livro didático, porque enquanto os alunos do terceiro ano copiam do livro, vou escrevendo na lousa para os alunos do segundo e no caderno para os alunos do primeiro ano. Não tem como usar outra metodologia, porque o tempo é curto.*

Prof. C: *Meus alunos são de quarto e quinto ano, mas a maioria tem dificuldade de leitura e até de escrita. Então escrevo bastante na lousa para eles melhorarem a caligrafia. Também uso livro didático pra cópia e leitura. No final de semana passo alguns vídeos, sobre ciências, mas é difícil pois nem sempre tem combustível.*

2) O que você usa de saberes Locais da criança para trabalhar em sala de aula?

Prof. A: *Os alunos são pequenos, então, procuramos sempre usar mais os materiais de alfabetização, pois precisamos orienta-los nesse caminho, mas há um projeto na escola, que todos os professores se juntam, para a escrita de histórias locais e as crianças, através de desenhos, contos relatam muito de suas vidas.*

Prof. B: *Todos os dias antes da aula, realizamos o momento da história, onde os alunos contam suas vivências, o que fizeram, aí narram sobre o açaí, sobre a roça, entre outros assuntos. Dessas histórias eles também criam desenhos que apresentamos no projeto de história local da escola.*

Prof. C: *Os alunos contam muito sobre suas vidas e pelo fato da escola ter um projeto sobre as histórias locais, sempre criamos nas aulas de português, redações sobre pesca, caça, a casa da farinha, entre outras atividades diárias que eles fazem. Quando fazemos isso é muito bom, os alunos gostam e apesar de escreverem pouco, alguns fazem desenhos muito bons.*

3) Quais séries e quantos alunos são matriculados nessa turma?

Prof. A: *Educação infantil com Alunos de 03, 04 e 05 anos de idade.*

Prof. B: *Alunos do bloco de alfabetização, sendo primeiro, segundo e terceiro ano.*

Prof. C: *Alunos do quarto e quinto ano.*

4) Qual maior problema em se trabalhar com multiano?

Prof. A: *Não tenho muito problema na minha turma porque os alunos da educação infantil, tem o mesmo currículo, o que torna a mesma aula para todos. Mas já trabalhei com multiano e é bem difícil, porque são vários assuntos.*

Prof. B: *A questão dos assuntos, que não são os mesmos, enquanto se passa um assunto para o primeiro ano, que não copiam, tem que fazer no caderno, os alunos do segundo ano, se não tiverem dever bagunçam, do terceiro também. Então tenho*

que sempre chegar mais cedo, escrever na lousa e escolher a atividades do livro didático. Depois da oração e da história, já pego os cadernos dos alunos do primeiro ano e vou escrevendo na mão. Isso toma muito tempo.

Prof. C: *Os saberes diferenciados, o fato dos alunos chegarem no quarto e quinto ano com uma aprendizagem, as vezes do primeiro ano. Assim não podemos seguir os conteúdos, porque precisa parar pra ensinar o aluno a ler. Também nas aulas, tem que escolher um assunto, que seja o mesmo para as duas turmas, assim é possível ensinar melhor. Pois se fazer assuntos diferentes, como professores, ficamos atarefadíssimos e os alunos aprendem pouco.*

5) Quais gêneros você costuma utilizar para trabalhar a leitura em sua sala de aula?

Prof. A: *Trabalhamos mais os desenhos e coordenação motora no caderno.*

Prof. B: *Coordenação motora, cópias de livros e revistas para a caligrafia, desenhos e cartazes.*

Prof. C: *São vários, contos, poemas, piadas, também a oralidade ao contarem histórias, e outras que o currículo exige para essas séries.*

6) Como é realizado o planejamento das aulas? E quando este planejamento é feito?

Prof. A: *Na formação que temos todos os meses, a coordenação já apresenta o planejamento que devemos seguir para a educação infantil. Assim, só escolhemos as atividades, pois as aulas já são planejadas na matriz.*

Prof. B: *Temos um encontro todos os meses na formação que a Semed promove, mas como são três series, sempre tenho meu caderno de planejamentos, que faço nos finais de semana ou feriados. Também tenho várias coleções de livros, que utilizo para meu trabalho.*

Prof. C: *Todos os dias após a aula, já verifico a dificuldade dos alunos e planejo a aula seguinte. Temos orientações na formação que a semed dá todos os meses, mas como se trata de alunos com muitas dificuldades precisamos planejar de acordo, assim é feito diariamente e nos finais de semana para selecionar conteúdo e atividades.*

7) A matriz curricular é adaptada a realidade do aluno, ou é mantido as orientações vindas da secretaria de educação?

Prof. A: *Como disse na outra resposta o planejamento da educação infantil, já vem pronto apenas para seguirmos. Isso é ordem da secretaria de educação, então não precisa ser adaptado.*

Prof. B: *A matriz vem pronta, mas pelas diferenças de aprendizagens dos alunos, é preciso adaptar. Então sempre procuramos usar as histórias dos alunos contadas, para trabalhar leitura e escrita.*

Prof. C: *A matriz é adaptada na dificuldade do aluno. Alguma coisa dá pra usar como vem na matriz, mas a maioria precisa ser adaptada, porque são alunos que tem muitas dificuldades na aprendizagem.*

8) Qual sua formação acadêmica? Quanto a formação continuada, como é realizada?

Prof. A: *Sou formada em pedagogia e realizo todos os meses a formação pela secretaria municipal de educação.*

Prof. B: *Pedagogia, história e especialização em gestão escolar. Quanto a formação continuada, estou cursando especialização em inclusão.*

Prof. C: *Sou pedagogo, com especialização em educação especial e ensino fundamental. Estou cursando a graduação em Letras pelo PARFOR.*

9) Qual o tempo que os docentes ministram aulas e quanto tempo passam na cidade? Nesse período, os alunos ficam sem aula?

Prof. A: *Passamos 20 dias na escola e durante uma semana, vamos até a cidade, para a formação, prestação de contas e receber salário.*

Prof. B: *(resposta contemplada)*

Prof. C: *(resposta contemplada)*

10) Que ações seria preciso para oferecer uma educação de qualidade para as escolas ribeirinhas?

Prof. A: *Primeiro seria pagar um salário digno aos professores. Porque quando comecei a trabalhar no interior, tínhamos gratificação de interior, agora não temos*

mais nada e mesmo tendo formação superior, ganhamos com nível médio. Também precisaríamos de mais materiais escolares, um motor bom para gerar energia e combustível.

Prof. B: *Sermos pagos pela formação que temos, poder trabalhar apenas com uma série, como são os professores da cidade.*

Prof. C: *Acredito que deveria ter uma formação própria voltada para a realidade ribeirinha, de modo que preparasse o professor para trabalhar no meio rural, usando o que os próprios ribeirinhos têm, valorizar mais as culturas. Mas seria importantíssimo, pagar os professores formados em nível superior, com o mesmo nível. O que não acontece e acaba desmotivando os educadores.*

As classes multianos, como percebido nas respostas, ainda são um grandes problemas para a educação, pois tanto alunos quanto professores se frustram com a realidade encontrada para trabalho, ensino e aprendizagem. E não se pode culpar esse ou aquele personagem dessa situação, pois ambos se encontram uma grande barreira, com vários nomes. Seja salários não condizentes com suas formações, sejam metodologias tradicionais, que pouco contribuem para a aprendizagem, entre outros fatores.

De um lado temos os alunos que vindo de famílias ausentes das escolas pelos trabalhos nas matas e nos rios, deixam estes discentes somente a cargo dos professores. Então essa criança tem como incentivo para ir à escola, apenas a merenda e o bolsa família, pois se faltarem tem o pagamento bloqueado. Suas culturas, até são usadas, mas sem dar maior significação a suas vivências, culturas ou saberes, que também são importantes.

Por outro lado, tem esses profissionais que sendo em maioria contratados temporariamente, se sentem ameaçados a ficarem desempregados a qualquer momento, assim aceitam qualquer salário, mas não se empenham como deveriam, pois não recebem por isso, então fazem o trabalho de qualquer jeito.

Sem falar no fato de terem que ficar longe da família, com percurso longínquos, moradias sem conforto algum entre outros fatores. Estes que vem influenciar diretamente no ensino e aprendizagem dos mais necessitados que são os

alunos.

E assim o índice de crianças de multiano, que mesmo estando já na última fase do fundamental básico não conseguem dominar a leitura e escrita, como citado pelos professores, permanece o mesmo, não avançam, não melhoram no decorrer dos anos, pois as práticas e metodologias são as mesmas de 20 anos atrás. Não porque não sejam capazes, mas pelo fato de haver diversas situações que atrapalham esse desempenho.

Também não podemos de forma alguma taxar os educadores das classes multisseriadas como incapazes, pois na verdade são heróis que tentam a todo custo desenvolver um trabalho de qualidade onde as dificuldades superam qualquer ação.

A pesquisa na visão desta aplicadora, foi positiva, pois além de adentrar no mundo do problema da situação de multiano, ainda foi possível perceber e demonstrar que é possível mudar essa realidade, independente da situação que se encontre a escola, desde que faça com que o aluno se perceba como parte de um todo e onde suas vivências e saberes sejam conteúdos tão importantes quanto aqueles previamente planejados.

E já que os maiores interessados são eles, então o educador precisa separar suas prioridades voltadas para o educando, colocando suas frustrações em uma luta pessoal e abraçando a causa do aluno como fundamental. Somente quando essas questões acontecerem, (opinião pessoal), muitos dos problemas de baixo rendimento com os alunos do meio rural vão ser superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade docente, em se deslocar de Breves até o alto Mapuá, é uma experiência pessoal, já vivenciada há muitos anos como professora. Todos os meses, esse percurso é feito, em embarcações superlotadas, com pessoas algumas vezes inconvenientes. No entanto, em primeiro lugar é preciso pensar na necessidade pessoal em sobreviver, pois na cidade não há outro meio, com a formação docente.

É possível dizer, que há uma desvalorização do docente ribeirinho, em primeiro lugar, por serem taxados como inferiores em relação aos da cidade. Em segundo lugar pelo fato dos poderes públicos, pouco fazerem para melhorar a ida e vida desse educador ao meio rural, também pelo fato de haver um baixíssimo salário diante de tanto sacrifício e dificuldade em levar educação a essas comunidades distantes do meio urbano.

Por outro lado, este estudo mostrou, que a educação multiano, pode ter um outro viés, ao apresentado por estudos no passado. Destaca-se ainda a importância da linguagem materna do aluno, de sua cultura ribeirinha ser usada como ferramenta para o ensino e aprendizagem em sala de aula.

É sabido que o currículo enviado para as escolas ribeirinhas, diferem em muito da realidade local, mas quando o educador se disponibiliza em fazer uma ponte em linguagem oral ou informal, com a formal, com os saberes científico, o resultado sempre será positivo para a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do aluno.

Também foi possível perceber neste estudo que as vivências nas comunidades ribeirinhas são importantes e que os saberes passados de pais para filhos podem também ser usados em sala de aula, se o docente assim querer e organizá-los de acordo com os conteúdos programados.

Este estudo traz, pois, grande aprendizagem, mostrando a educação, a vida docente tem grande valor social, no que diz respeito ao ensino e aprendizagem, basta que cada personagem que faz parte, tanto da comunidade ribeirinha quanto do meio educacional, possa realizar o consenso entre educação informal e formal.

Em relação a pesquisa de campo o método de abordagem utilizado foi dedutivo, que “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica” (GIL, 2008, p. 9). Um raciocínio que para se chegar a uma conclusão se ampara em teorias mais gerais sobre o tema proposto para fenômenos particulares.

A pesquisa inicialmente sobre a análise de vivências ribeirinhas, mas também abordou o currículo escolar e as metodologias empregadas pelos professores dentro do processo de ensino e aprendizado desenvolvido na escola Santa Maria, Rio Mapuá no município de Breves-Pa. A partir desse conhecimento amplo foi analisada a realidade existente na escola, as ações docentes ao adaptar tal currículo, o que possibilitou reflexões que podem contribuir para a flexibilização do currículo escolar e um melhor aprendizado dos alunos.

Do ponto de vista da natureza a pesquisa gerou conhecimentos científicos sem aplicabilidade imediata. Conforme a abordagem a mesma foi qualitativa e quantitativa, que implica “uma ênfase nas qualidades relacionadas as metodologias empregadas pelos professores e a quantidade de alunos atendidos na escola alvo da pesquisa.

Os conhecimentos científicos que foram gerados com o presente trabalho foram de extrema importância e podem contribuir na rede municipal de ensino a partir do momento que suscitarem reflexões sobre a análise do currículo escolar na área ribeirinha onde está localizado a escola alvo da pesquisa, com foco nos aspectos qualitativos e quantitativos.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.

CAVALCANTE, L. I. P.; WEIGEL, V. A. C de. **Educação na Amazônia: oportunidades e desafios**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 04 DEZ 2017.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Antologia do folclore brasileiro**. 10. Ed. São Paulo: Global, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP: 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3.ed. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2001.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa - I**. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, 1977.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios: uma etnografia do campesinato das águas**. São Paulo: Annablume. 2000.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. *In*: Da diáspora: **identidades e mediações culturais**. Org. Liv sovik. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. **Por uma Educação do Campo na Amazônia: Currículo e diversidade cultural em debate**. In: CORRÊA, P. S. A. (Org.). **A Educação, o currículo e a formação de professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

MARCUSCHI. **Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita**, In: Congresso sobre a fala e escrita, 1994.

_____. **Os gêneros do discurso: definição e funcionalidade.** In: DIONÍSIO, Ângela P. et al. Gêneros textuais & ensino. Rio: Lucerna, 2005.

_____. **Oralidade e escrita.** *Signótica*: Revista do Programa de pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da UFG> vol. 9, n. 1, p. 119-145, jan./dez, 1997.

MOTA NETO, João Colares da. **Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação.** In: OLIVEIRA, Ivanilde (Org.) Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE-UEPA, 2004.

ROJO, R.; BATISTA, A.A. (orgs.). **Escola conectada: os multiletramentos e as TICs.** São Paulo: Parábola, 2013.

SCHERER, E. F. **Mosaico terra - água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia.** In: CONGRESSO LUSO – AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. Anais... Coimbra: Afrontamento, 2004.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade na Amazônia.** Belo Horizonte. Itatiaia/Edusp, 1952.

ANEXOS

